

A escola é lugar de todos, e a diferença é normal

Paula Falcão Cruz¹

Vera Regina Cecílio Magnaguagno²

Resumo

Este estudo reflete acerca da escola, como lugar de todos, e que a inclusão é uma consequência desse direito, devendo ser assumida ética, política e responsabilmente pela comunidade educativa escolar. Discute-se o sentido da inclusão como direito, tornando o conceito compreensível às pessoas que aceitam a educação como direito de todos. Trabalha-se a viabilidade da inclusão pela transformação da escola. O texto discute ainda algumas características da escola, inclusiva a partir de três eixos norteadores: os desafios provocados pela inclusão, as práticas educativas que contemplam o desenvolvimento do pensamento, e as possibilidades que se abrem à educação escolar, a partir da implementação de políticas inclusivas.

Palavras-chave: Escola. Inclusão. Diferença. Aprendizagem.

1. Pedagoga, Psicopedagoga e Orientadora Educacional do Colégio Marista Champagnat.
2. Pedagoga, Psicopedagoga e Orientadora Educacional do Colégio Marista Champagnat.

1 Introdução

A inclusão é um direito, mas que vem sendo polemizado e até distorcido pela própria esfera educacional, talvez por falta de conhecimento ou por interesses de outra natureza. Contudo, a inserção de estudantes na educação formal com dificuldades de toda a sorte, nada mais é do que a garantia do direito à educação.

O objetivo deste texto é discutir o sentido da inclusão, como direito de todos à educação, que necessita ser assumido e respeitado pelos nossos gestores e educadores como compromisso ético e político, e o sentido da diferença como característica desejável no processo de aprender.

Discutiremos neste texto a possibilidade da escola inclusiva a partir de algumas provocações acerca do tripé: provocações a partir da inclusão, práticas educativas, e perspectivas viáveis que se abrem à educação escolar, a partir da implementação de políticas inclusivas.

A Constituição Federal de 1988, no artigo 205 postula, com clareza, que a educação é direito de todos e, no artigo 206, inciso I, esclarece que a educação deve ser ministrada com igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Esses princípios democráticos da educação para todos e da igualdade de condições de acesso e permanência também para todos só podem ser evidenciados nos sistemas educacionais que desenvolvem modos de ensinar, que atentem e atendam às diferenças de ritmos, tempos, percepções, estilos cognitivos dos diferentes estudantes, e não apenas de alguns deles.

A educação de qualidade, compromisso de todos, tem como uma de suas formas de manifestação a inclusão, o que exige das escolas brasileiras e, principalmente, das escolas maristas – que se inspiram, para sua ação docente, nos preceitos de Champagnat, entendendo a educação como uma obra de amor –, novos posicionamentos que conduzirão a novas estratégias de interação educativa, além de ser também motivo para que os professores aperfeiçoem suas práticas.

É importante registrar que neste trabalho estamos entendendo inclusão como acolhida às diferenças, isto é, não só as pessoas com necessidades especiais, mas todos aqueles que fogem ao padrão esperado dentro de um determinado contexto sociocultural e que, por serem diferentes, são excluídos, chegando a sofrer, inclusive, bullying.

A escola é o espaço que o estudante tem para manifestar quem é ou o que poderá vir a ser. O que significa dizer que escola é espaço de experimentação, de descoberta, de desenvolvimento da escuta e do respeito. É espaço para o desenvolvimento da cidadania.

O sucesso da inclusão, do ponto de vista dos estudantes com dificuldades de aprendizagem, decorre das experiências de êxito desses sujeitos nas práticas escolares, através de ações pedagógicas comprometidas com a diversidade e com a multiculturalidade dos educandos. Esse é o compromisso da escola que está focada na aprendizagem, de como ela é concebida e avaliada, em suma, de como se estabelece a relação pedagógica na sala de aula. Esse registro é importante para manifestar que não só os estudantes com necessidades educacionais especiais são excluídos, mas também os que pertencem a grupos de vulnerabilidade social, os que, de tanto repetir, desistiram de estudar, entre tantos outros exemplos (MANTOAN, 1988).

A discussão sobre o processo de discriminação e exclusão ocorrido na escola, remete nosso olhar ao dia a dia do seu contexto formal de estudo. Ali, no convívio diário, vão surgindo os sinais que expressam a complexidade do fenômeno inclusão/exclusão, que se materializa nas relações humanas e que vai permitindo melhor compreender este movimento intrigante e surpreendente.

Os ambientes escolares são reveladores das relações que ali se estabelecem. É na entrada, na saída, no recreio, nas reuniões administrativas, pedagógicas, de pais, nos conselhos de classe, na sala de aula e nos diferentes ambientes da escola, que vai se revelando o perverso processo de inclusão de uns e exclusão de outros. É nesse espaço que se desenham autoestimas fortalecidas, saudáveis e autoestimas fragilizadas, pois é aí que uns aprendem a ter confiança em seu potencial intelectual, e outros aprendem que são limitados cognitivamente, assumindo a responsabilidade pelo seu fracasso escolar. É nessa lógica cruel que uns se preparam para as relações de poder, e outros, humilhados, se conformam com o destino da submissão, sentindo-se culpados por sua incapacidade mental.

2 Provoações a partir da inclusão

A escola, por sua natureza, é lugar de aprendizagem e, por isso, é deprimente acompanhar a trajetória de crianças, adolescentes e até de adultos que buscam o contexto escolar na expectativa de crescer intelectual, afetiva e socioculturalmente e se deparam com a frustração da exclusão, materializada no fracasso escolar, o que fortalece a crença na incapacidade, no medo e na desesperança. Infelizmente, para muitos estudantes, esse percurso escolar se tem tornado uma batalha difícil de ser vencida e, para outros, um caminho sem volta.

Os sujeitos com déficits temporários ou permanentes, com síndromes diagnosticadas, com desvios de conduta, hipercinéticos, hipotônicos, entre tantos outros que apresentam diferenças marcantes para aprender, veem suas chances de permanecer na escola reduzidas, porque as exigências e expectativas dessa escola, via de regra, reconhecem apenas um padrão cognitivo, desprezando e excluindo os demais. Isso acaba virando um contrassenso porque as diferenças podem ser emancipatórias.

A Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, em 1994, na Espanha, foi responsável pela Declaração de Salamanca que, de modo contundente, chama a atenção para a necessidade de que a educação seja assumida com prioridade política e financeira. Alerta para as mudanças na legislação educacional, cobra estratégias democráticas na gestão das escolas, propõe implementação da inclusão em programas de formação inicial e em serviço e, principalmente, a existência de mecanismos que assumam o processo de inclusão como prática pedagógica.

Na mesma linha do posicionamento da Declaração de Salamanca, Stainback (1999, p. 26 e 27) enfatiza:

Sem dúvida, a razão mais importante para o ensino inclusivo é o valor social da igualdade. Ensinamos os alunos através do exemplo de que, apesar das diferenças, todos nós temos direitos iguais. Em contraste com as experiências passadas de segregação, a inclusão reforça a prática da ideia de que as diferenças são aceitas e respeitadas. Devido ao fato de as nossas socie-

dades estarem em uma fase crítica de evolução, do âmbito industrial para o informacional e do âmbito nacional para o internacional, é importante evitarmos os erros do passado. Precisamos de Escolas que promovam aceitação social ampla, paz e cooperação.

A educação básica é um dos fatores de desenvolvimento econômico e social; por isso que a qualidade da educação para todos precisa ser foco prioritário de governantes, gestores e educadores. Todos podem, devem e precisam aprender; portanto, trata-se de uma ação viável, mas que para se consolidar necessita romper com paradigmas estruturalistas, cartesianos que ainda impregnam o fazer pedagógico e educativo de muitas instituições escolares.

É importante reconhecer que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) traz avanços significativos no que se refere à proposição de uma educação de qualidade, mas é preciso também reconhecer que, na maioria de nossas instituições de ensino, ainda estamos longe de nos assumirmos como escolas inclusivas, abertas a todos os estudantes, indistinta e incondicionalmente. Em geral, o que existe são projetos de inclusão parcial, que estão como apêndice à estrutura geral das escolas, isto é, não se percebe mudanças na raiz estrutural das escolas, no sentido de mudanças de princípios e conceitos. O que há são ações desencadeadas para atender aos estudantes com necessidades educacionais especiais em espaços escolares, como as classes especiais, as salas de recursos, turmas de aceleração, etc.

Depura-se das entrelinhas do discurso da inclusão excluída, justificativas que desvelam o despreparo de um número considerável de professores para realizar mediações com sujeitos especiais. A falta de crença nas possibilidades dessas pessoas vem à tona quando o discurso considera perda de tempo investir em indivíduos comprometidos, com a justificativa de que não conseguirão acompanhar os avanços de seus pares e que, por isso, acabarão se tornando ainda mais marginalizados e discriminados do que se estivessem em escolas especiais. Dessa situação se depreende a necessidade urgente de atualização e de se colocar em ação novas alternativas e práticas pedagógicas que, de fato, favoreçam todos os estudantes.

3 Das práticas educativas

A instituição escola, apesar das pesquisas, das teorias contemporâneas que situam o professor e o estudante como sujeitos dinâmicos do processo educativo, ainda se mantém muito conservadora e excludente. O ensino precisa ser revitalizado para atender à importante meta – escola para todos. Essa máxima que é um desafio é, ao mesmo tempo, um problema da educação na contemporaneidade.

Alterar a lógica predominante, que ainda marca a escola como espaço de poucos, é esforço que

demanda trabalho coletivo e vontade política. Algumas ações, de acordo com nossa análise, são fundamentais em prol de uma educação formal comprometida com todos os estudantes.

Paulo Freire, o educador mais expressivo deste país, disse que não há ninguém inculto. Defendia que todos, sem exclusão do mais humilde, do mais analfabeto, do mais perturbado emocionalmente dos seres humanos, são portadores de saberes, de inteligência, de capacidade de conhecer sempre mais. Acreditar mais nas possibilidades do que nas fragilidades é obrigação ética de toda a escola.

Focar a aprendizagem como o cerne da escola é ação fundamental, pois é para aprender que todos os estudantes buscam o ambiente escolar. Nesse sentido, é necessário que a intervenção pedagógica e educacional ajude o educando a aprender, o que não é nada fácil, pois mediar é a parte mais difícil do processo de ensino, porque mediar é deixar aprender. É preciso mediar processos de pensamento para construir conhecimento, e não mediar procedimentos no lugar de processos mentais.

Só desenvolvemos a capacidade de aprender quando aprendemos a pensar, e isso, exige tempo para que todos possam aprender. Tempo que respeite os diferentes ritmos, os distintos estilos cognitivos e as variadas experiências socioafetivas e culturais dos aprendizes. Os educadores devem ficar atentos em relação ao aspecto temporal da aprendizagem, pois esse fator determinante pressupõe um pensar comprometido do professor sobre o que ensinar, como ensinar, e para que ensinar.

Outro aspecto relevante do processo de intervenção pedagógica é a abertura de espaço para a manifestação em diferentes linguagens, para o exercício da cooperação, do respeito, da solidariedade, da criatividade como capacidade para a resolução de problemas e do desenvolvimento do espírito crítico. Essas habilidades mínimas devem estar permeando a ação de gestores, professores, colaboradores e estudantes, pois são determinantes para o exercício da verdadeira cidadania.

A formação continuada de professores, a reflexão sobre a prática e a pesquisa, são meios que facilitam a efetivação de um trabalho educativo e pedagógico comprometido com a aprendizagem dos estudantes. Nesse sentido, queremos sublinhar que cabe aos educadores adotar uma postura de pesquisadores permanentes em busca de alternativas possíveis para dilemas, tensões, limites que surgem balizados pela teoria, pela prática e pelo espírito questionador, que tem a dúvida como aliada na busca de novas intervenções a favor da aprendizagem.

Professores bem remunerados, contando com um bom plano de carreira, sentir-se-ão valorizados e terão mais tempo para se dedicarem ao seu ofício de educadores.

4 O que fazer para ajudar a escola a mudar?

A universalização do acesso à escola, ou seja, a inclusão de todos, é uma meta, cuja responsabilidade geral é do coletivo da sociedade e responsabilidade particular da comunidade educativa.

Para que se possam alcançar as metas de uma educação de qualidade faz-se necessário ter clareza

acerca da concepção teórico-pedagógica que norteia a ação da instituição escolar. É preciso ter clareza dos princípios filosóficos, psicológicos e didáticos que norteiam o fazer educativo. Nessa linha, o Projeto Educativo da escola necessita estar internalizado e assumido por toda a comunidade escolar. Esse Projeto também deve diagnosticar a demanda de necessidades e compromissos que a instituição de ensino precisa assumir em suas ações pedagógico-educativas para atender qualitativamente a todos os estudantes.

Creemos que a observação atenta das relações interpessoais, construídas no cotidiano escolar, ajuda a revelar o currículo oculto que se produz e é reproduzido nos diversos ambientes de aprendizagem. A atuação do orientador educacional é potencializada quando está aliada à gestão administrativa e ao trabalho da equipe pedagógica, porém isso só funcionará se todos acreditarem e apostarem na troca de experiências e saberes. Para tanto, é imprescindível o apoio institucional e a adesão de gestores, professores e setores que não temam buscar oportunidades para propiciar o desenvolvimento de suas competências profissionais em prol de uma educação, de fato, humanista.

Refletir sobre o meio sociocultural em que está inserida é uma necessidade basilar da escola. Desse modo, conhecer os educandos, suas possibilidades, necessidades e até suas fraturas, dará subsídios à elaboração de um currículo escolar adequado ao tempo e espaço daquele grupo particular. A interdisciplinaridade das áreas de conhecimento e a concepção transversal das novas propostas de organização curricular considera as disciplinas como meios e não como fins em si mesmas e partem do respeito à realidade do estudante, de suas experiências de vida cotidiana, para chegar à sistematização do saber.

Vale destaca, que a concepção inclusiva não segrega a relação pedagógica a currículos adaptados, a laboratórios de aprendizagem, aulas particulares, etc., para os estudantes que apresentam déficits intelectuais, dificuldades de aprendizagem e outros relacionados ao desempenho escolar, porque é o sujeito aprendiz quem é capaz de adequar o seu processo de desenvolvimento mental. Por isso, é equívoco achar que são os docentes que predeterminam a quantidade e a profundidade dos conteúdos a serem construídos pelos sujeitos da aprendizagem, no sentido de anteciper as dificuldades que possam encontrar para realizá-las.

Outro descompasso no que concerne à implementação da inclusão é a avaliação. É mais do que urgente rever o processo de avaliação escolar, porque a visão classificatória, que por natureza é excludente, por ser pontual é danosa aos estudantes, como coloca Luckesi (1996), por definir uma situação, do ponto de vista do sim e do não, do certo e do errado. Urge sua substituição por uma visão qualitativa desse processo, que deverá ser contínuo, com o objetivo de tornar o ensino adequado e eficiente à aprendizagem de todos os estudantes. Mantoan (1998), afinada com a avaliação includente, diz que “essa medida já diminuiria substancialmente o número de alunos que são indevidamente avaliados e categorizados como deficientes, nas escolas regulares”.

A escola comprometida com a aprendizagem, via de regra, é uma escola acolhedora. Isso que dizer que essa escola está aberta a todos os estudantes e não apenas a uma minoria de privilegiados intelectual, social e economicamente.

Na escola inclusiva os educandos aprendem conforme o seu nível de possibilidades de desenvolvimento. Isto é, o professor desenvolve estratégias variadas a partir de um determinado tema, projeto ou outra modalidade de intervenção pedagógica, permitindo ao aprendiz experimentar situações distintas, que lhe permitam se deslocar e recolocar cognitivamente de modo a significar o conhecimento e, de fato, aprender. Esse parece ser o desafio das escolas centradas no conteúdo e não na aprendizagem.

À escola também cabe o desenvolvimento da cidadania, que se dá por meio do exercício das trocas, da divisão das tarefas, da partilha responsável, na preservação e respeito da vida de todos e de cada um, pois para que seja democrática, uma sociedade deve ter na participação das pessoas sua característica básica. A cidadania transcende as definições que a caracterizam como reconhecimento de direitos e deveres dos cidadãos. Cidadania significa mais do que direitos e deveres, cidadania pressupõe prática dessa definição e, isso é maior que a esfera política de votar ou não votar, pois a cidadania encontra na igualdade uma condição de existência. Igualdade de participar, igualdade de aprender, igualdade no direito de ser visto e respeitado, enfim igualdade de ter voz e vez em seu tempo e espaço.

O exercício dessas ações favorece o desenvolvimento da cooperação, do espírito de grupo, o reconhecimento da diversidade de aptidões humanas e a valorização da participação de cada um para o alcance de objetivos comuns do mesmo grupo.

Os novos tempos estão a exigir das pessoas uma atitude mais solidária e responsável. O incentivo ao tutoramento na sala de aula tem sido um caminho viável na aproximação entre os estudantes, que desenvolve a cultura de compartilhar o saber. Estender a mão ao colega com dificuldade é um gesto humano e cidadão que necessita ser mais fomentado nas escolas, sempre tão competitivas, excludentes e despreocupadas com a formação integral. Valores e atitudes morais também são conteúdos que precisam permear a educação de nossas crianças e jovens.

5 Políticas inclusivas

Escolas bem estruturadas, em boas condições, são necessidades de primeira grandeza para a sociedade, pois são espaços privilegiados na formação integral do homem de amanhã. É nelas que as crianças e os jovens terão acesso aos conhecimentos universais de modo sistematizado e condições de viver plenamente seu tempo e seu espaço, sem preconceitos, acolhendo e sendo acolhidos pelos seus pares. É fundamental, nesse processo, a coerência entre o que se diz e o que se faz, assim como também é fundamental o discernimento, para se evitar contemporizar soluções, que podem levar um

estudante a desistir do seu direito de estudar. Ficar atrelado ao estigma da incapacidade, viver marginalizado são conseqüências que podem ser minimizadas pela força estrutural de uma escola acolhedora.

Parolin (2005, p. 39) sistematiza a seguinte reflexão ao pensar no convívio da escola com as diferenças:

[...] cabe à escola construir respostas e instrumentos que atendam aos “novos tempos”, com todas as suas peculiaridades e diferentes necessidades. Como todas as outras instituições sociais, a escola é um sistema que tem uma pauta de desempenho socialmente definida e historicamente situada. O desempenho adequado e competente dessa tarefa é que estabelece e constitui sua importância e sua função social.

A compreensão sobre as diferenças entre as pessoas é fundamental ao papel da escola. Perceber as singularidades de saberes, interesses, habilidades, compreender que os estudantes vivem em diferentes contextos socioemocionais e que essas diferenças produzem, durante a existência, a essência de cada um, é o primeiro passo para o sucesso de nossos educandos na escola. Uma escola que cumpre com sua função formadora e continua sendo escola.

O amanhã está sedimentado no hoje, por isso, se nossas crianças tiverem assegurado um tempo qualificado de escola, em que o exemplo da acolhida, da escuta, do respeito ao outro e da valorização da diversidade nas salas de aula forem um exercício diário, serão adultos bem mais humanizados, responsáveis e éticos.

O mundo passa por transformações expressivas, a comunicação se dá em fragmentos de segundo, a virtualidade não é mais sonho, já é realidade, as distâncias se fazem cada vez menores, e o amanhã aceleradamente passa a ser ontem. A tecnologia, marca do mundo contemporâneo, alterou hábitos, atitudes e a inclusão escolar, sinal vivo da educação contemporânea.

O fenômeno da inclusão, nas escolas, ainda que sofra a contestação de muitos, pela intimidação que o novo provoca, é caminho sem volta e “convence a todos pela sua lógica, pela ética de seu posicionamento social” (MANTOAN, 1998).

A consolidação da escola inclusiva conta com o desenvolvimento de projetos sérios comprometidos com a transformação da escola de lugar para alguns para o status de lugar para todos, com o objetivo de adequar-se aos novos tempos.

A matéria da inclusão é ética e legal. O desafio político da educação emancipatória e humanista está no esforço para transformar, combater a cultura perversa da exclusão, da segregação que a produz. A postura permissiva, silenciosa, frente à exclusão fortalece seu poder, sua intensidade menos dramática e, portanto, mais efetiva.

Nesse sentido, Freire (1987, p. 40) coloca:

Num pensar dialético, ação e mundo, mundo e ação, estão intimamente solidários. Mas a ação só é humana quando, mais que um puro fazer, é um quefazer, isto é, quando também não se dicotomiza da reflexão.

A questão que se impõe transcende a simples fala explicativa com as pessoas alienadas de seu compromisso ético, legal e sociocultural. Faz-se necessário o diálogo crítico sobre sua postura permissiva e sua ação alienada. Nenhuma pedagogia emancipatória, entendida como pedagogia da pessoa em processo de libertação, pode ficar distante dos excluídos, deixando se perpetuar a injustiça da exclusão.

A luta por uma escola igualitária, humana, democrática, justa e acolhedora deve estar no espírito de cada gestor, de cada educador e de cada família. Ajudar cada estudante, a seu tempo, a descobrir-se e a aceitar-se é garantia de confiança que favorece a disponibilidade para encarar a complexidade do ato de aprender.

É na parceria essencial de todos que a escola inclusiva cumprirá com a sua principal missão – assumir-se como lugar de todos.

6 Considerações Finais

Assumir o compromisso com as relações inclusivas é uma empreitada que requer habilidade, respeito às diferenças e mais crença nas possibilidades do que nas fragilidades. A práxis inclusiva exige também assegurar espaço de escuta, de tempo, apropriação do contexto sociocultural, cognitivo e afetivo que envolve a comunidade escolar. Nesse sentido, a gestão, os serviços e os professores da escola têm papel determinante na prática da acolhida e do respeito à singularidade de cada um, assegurando a todos o direito de aprender uns com os outros.

Vimos que a aprendizagem se estende a todos e acontece desde o nascimento, constituindo-se como resultado da articulação de fatores internos e externos do próprio sujeito, do organismo, do desejo de aprender, das estruturas cognitivas e do comportamento em geral. Nesse sentido, a construção do conhecimento representa uma construção intrapsíquica que considera os componentes genéticos e as diferenças nascidas da evolução da espécie, resultantes das precondições biológicas, das condições afetivas, da aceitação e das condições circunstanciais do meio.

A aprendizagem caracteriza-se por ser uma construção endógena, a partir do processo histórico, pessoal e social, investida de significação simbólica. Quando falamos de aprendizagem salientamos que o conhecimento toma forma objetivante em nível de consciência, e o saber, por sua vez, toma forma subjetivante inconsciente.

A atuação eficaz de uma escola inclusiva clarifica a ideia para os educadores, alunos e familiares que a construção do conhecimento é possibilidade de todos. O aprender, nesse sentido, acontece por meio de autorreflexões, de trocas, de experimentações sem medo de censuras e estigmas.

A criança, tendo necessidades educacionais ou não, dentro de suas potencialidades e fragilidades, enquanto ser pensante, desejante, curioso e, espontaneamente, questionador, vivenciará na escola desafios planejados coletivamente para ela, pelo professor e pela equipe de serviços educacionais que favorecerão o exercício de habilidades mentais.

Aprenderá, dentro de suas possibilidades, a expor seu pensamento, a escutar, a confrontar o outro, a lidar com o que não sabe ou com o que sabe de um jeito diferente, atribuindo sentido ao conhecimento que produz baseada na emoção que media essa relação.

Conforme Perrenoud (2001, p. 27):

A Pedagogia concorre para a transformação da informação em saber através de trocas cognitivas e socioafetivas trazidas pelo professor por meio de interações, retroações, ajustes, adaptações interpessoais e aplicações em situação de sala de aula, durante o tempo real em que ocorre a intervenção.

Segundo Bruner (1996, p. 192), o conhecimento humano “se desenvolve melhor quando é participativo, proativo, comunitário, cooperativo e quando há o esforço para construir significações mais do que para recebê-las”.

Precisamos ter presente que cabe principalmente à instituição primária “família” o papel de inserir seus membros na sociedade como sujeitos ativos e críticos, capazes de construir hipóteses construtivas e de encontrar seu próprio lugar no mundo.

Cabe à escola inclusiva a função de atender os sujeitos que por diferentes fatores se sentem excluídos do sistema de ensino. Para tanto, é necessário realizar uma readaptação deste sujeito ao ambiente de aprendizagem, por meio de uma investigação minuciosa que evidenciará quais as suas dificuldades e quais os motivos que estão encobertos pelos sintomas evidenciados. É também compromisso da abordagem pedagógica inclusiva realizar um trabalho que promova a conscientização das famílias mostrando-lhes que o ideal para as suas crianças ou jovens é buscar uma parceria saudável com a escola, para que possam andar de mãos dadas, em prol dos aprendizes.

Finalizamos nossas reflexões, salientando a importância de uma atitude acolhedora frente às diferenças, pois para nós, a diferença é emancipatória. Este é o nosso pensamento. Cabe ao leitor reinventar o que aqui está e torná-lo vivo na história.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil : promulgada em 5 de outubro de 1998. Colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto e Márcia Vaz dos Santos Windt. 22. Ed. São Paulo: Saraiva, 1999. 267 p. (Coleção Saraiva Legislação).

BRUNER, Jérôme. Ce que nous avons appris des premiers apprentissages. In: RAYNA, Syvive; LAE-VERS, Ferre; DELEAU, Michel. (coord) **L'éducation Préscolaire**: Quels objectifs pédagogiques? Paris: Nathan/INPR, 1996.

Declaração de Salamanca. Princípios, Políticas e Prática em Educação Especial. Espanha, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra S.A., 1987.

GENTILI, Pablo e ALENCAR, Chico. **Educar na esperança em tempos de desencanto**. 2001, p. 87. Conceito de cidadania.

LUCKESI, Cipriano Carlos, **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo, Cortez editora, 1996.

MANTOAN, M. T. E. (1991). **A solicitação do meio escolar e a construção das estruturas da inteligência no deficiente mental**: uma interpretação fundamentada na teoria de conhecimento de Jean Piaget. Tese de doutoramento. Campinas: UNICAMP/Faculdade de Educação.

MANTOAN, M. T. E. **Compreendendo a deficiência mental**: novos caminhos educacionais. São Paulo: Editora Scipione, 1998.

PAROLIN, Isabel. **Professores formadores**: a relação entre a família, a escola e a aprendizagem. Curitiba: POSITIVO, 2005.

PERRENOUD, Philippe, PAQUAY, Leopold, ALTET, Marguerite, CHARLIER, Évelyne (orgs.). **Formando professores profissionais: Que estratégia? Que competência**. Porto Alegre, RS: Artmed Editora, 2001.

STAINBACK, Susan e STAINBACK, William. Trad. Magda França Lopes. **Inclusão: Um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.